



índice de efetividade da gestão municipal

iegm
TCESC

Manual 2017



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA



Índice de efetividade da gestão municipal

Manual 2017



Conselheiros do TCE/SC

Luiz Eduardo Cherm - **Presidente**

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior - **Vice-Presidente e Supervisor de Publicações**

Wilson Rogério Wan-Dall - **Corregedor-Geral**

Luiz Roberto Herbst

César Filomeno Fontes

Herneus De Nadal

Julio Garcia



Supervisão Geral

Conselheiro Herneus De Nadal

Supervisão Técnica

Carlos Tramontin - Diretor-Geral de Controle Externo do TCE/SC

Coordenação

Celso Guerini - Auditor Fiscal de Controle Externo da
Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais (DPE) do TCE/SC

Elaboração

Este manual foi elaborado a partir de conteúdos originalmente produzidos e compartilhados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), em decorrência de acordo de cooperação técnica firmado entre Tribunais de Contas (TCs) do Brasil e o Instituto Rui Barbosa, associação civil de estudos e pesquisas para o aprimoramento das atividades exercidas pelos TCs.

Revisão

A edição 2017 deste manual contou com os trabalhos de revisão de Celso Guerini, Magda Audrey Pamplona (Coordenadora de Publicações do TCE/SC), Isabela Ribas Cesar Portella (Assessoria de Comunicação Social) e Yasmin Simões do Livramento (estagiária da DPE).

Planejamento Gráfico e Diagramação

Ana Sofia Carreço de Oliveira (DRT/SC 4709)

Apresentação

Santa Catarina é um dos quatro Estados brasileiros que possui o maior número de municípios com grau efetivo de gestão municipal no exercício de 2015, com nota média estadual de 0,6 – numa escala que vai de 0 a 1. Este é o resultado da pesquisa referente ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) dos 295 municípios catarinenses, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Os dados compilados estão disponíveis no Anuário IEGM/TCESC – 2016, disponibilizado no Portal www.tce.sc.gov.br.

O IEGM é um indicador que mede a qualidade das políticas e atividades dos municípios, nas dimensões educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Ele apura a qualidade dos gastos e investimentos públicos, a efetividade das políticas públicas e faz a mensuração dos serviços prestados ao cidadão.

Este ano, o TCE/SC vai avaliar como foi o desempenho da gestão municipal em Santa Catarina no exercício de 2016, o que motivou a publicação da segunda edição do Manual do IEGM, para ajudar os jurisdicionados a entenderem o índice e orientá-los quanto ao questionário que deve ser respondido e que servirá de base para calcular o indicador.

A metodologia utilizada fundamentou-se em modelo do Tribunal de Contas paulista e foi seguida pela maioria dos Tribunais de Contas do Brasil na primeira pesquisa, realizada ano passado, referente a 2015. Agora, em 2017, todos os TCs estão aplicando questionário visando à implantação do índice e apostando nessa ferramenta como um novo instrumento de controle externo, por se constituir em meio de consulta para o exercício da cidadania e num orientador para a eleição de prioridades na gestão.

A adesão dos 295 municípios catarinenses ao índice é obrigatória, segundo a [Instrução Normativa](#) N. TC-024/2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC nº 1962, de 14 de junho de 2016. Conforme prevê a norma, os dados do IEGM-SC contribuirão para a elaboração do IEGMBrasil, pela Rede Nacional de Indicadores Públicos (Indicon), organizada pelos tribunais de contas.

Conselheiro Luiz Eduardo Cherm
Presidente do TCE/SC

Índice

01

Contexto Histórico **02**

02

O que é o IEGM **03**

03

Os Produtos Derivados do IEGM **05**

3.1 Relatório de Informações Gerenciais (Anuário) **05**

3.2 Site Infográfico **05**

3.3 Relatório de Desempenho **06**

04

As Dimensões do IEGM **06**

4.1 i-EDUC **07**

4.2 i-SAÚDE **07**

4.3 i-PLANEJAMENTO **07**

4.4 i-FISCAL **08**

4.5 i-AMB **09**

4.6 i-CIDADE **09**

4.7 i-GOV TI **10**

05

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM **10**

06

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEGM **11**

6.1 Síntese: i-EDUC **13**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Educação

6.2 Síntese: i-SAÚDE **26**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Saúde

6.3 Síntese i-PLANEJAMENTO **40**

Memorial de Cálculos para indicadores do Planejamento

6.4 Síntese: i-FISCAL **51**

Memorial de Cálculos para Indicadores dos Aspectos Fiscais

6.5 Síntese: i-AMB **62**

Memorial de Cálculos para Indicadores do Meio Ambiente

6.6 Síntese: i-CIDADE **66**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Proteção da Cidade

6.7 Síntese: i-GOV TI **69**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Governança de TI

07

Composição Final do IEGM **74**

08

Faixas de Resultado **75**

09

Regras das Faixas de Resultado **77**

10

Considerações Finais **77**

1. Contexto Histórico

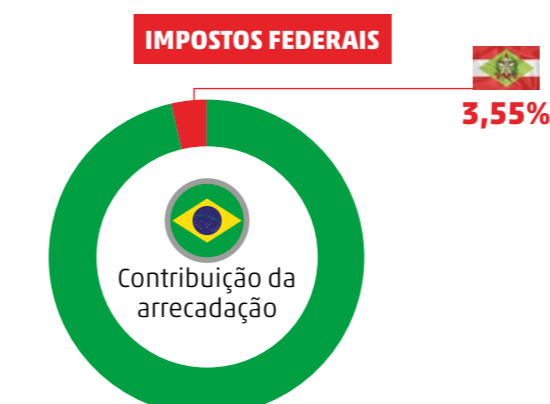
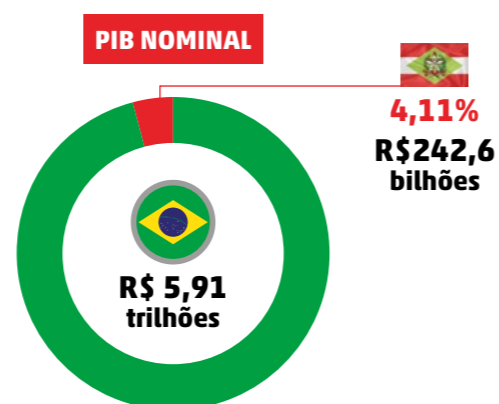
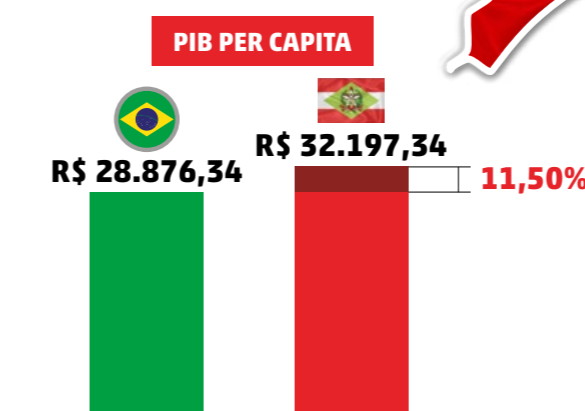
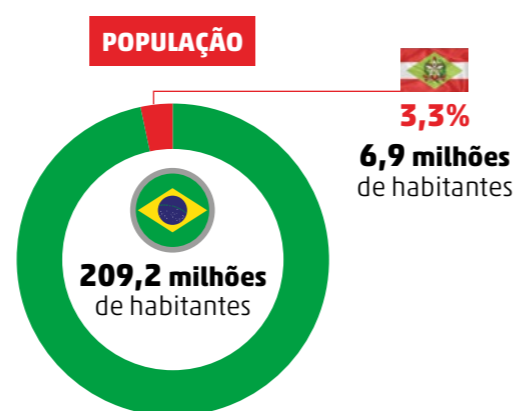
Cada vez mais o cidadão acessa informações públicas. A Lei Complementar 131/09 (Lei da Transparência), que determinou a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a Lei nº 12527/11, que dispôs sobre os procedimentos a serem observados, também pelas três esferas de governo, para garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal, tiveram papel importante nessa mudança de comportamento. O controle social também foi impulsionado pela facilidade de acesso às informações por causa da *Internet*.

Uma sociedade mais informada reivindica mais. Por isso, o atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação de serviços públicos.

Os serviços públicos precisam ser continuamente modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que o Tribunal de Contas de Santa Catarina promove o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).



O ESTADO DE SANTA CATARINA EM NÚMEROS



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Receita Federal do Brasil e SEF (Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina)

2. O que é o IEGM

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e os objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEGM permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)¹. Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do

¹ C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL/_PT_.PDF).

planejamento público para a Presidência e conselheiros dos tribunais de contas e alimenta com dados técnicos as unidades técnico-institucionais responsáveis pelo controle externo, em complementação às ferramentas hoje disponíveis. Além disso, é um instrumento de controle social do cidadão e outros órgãos de controle externo.

O IEGM é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas².

²A priorização considerou a jurisprudência do TCE/SP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais;
- Dados de prestação de contas;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais.

A abrangência geográfica do IEGM é todos os municípios do Estado.

Esta nova tecnologia de fiscalização provoca maior participação do cidadão na verificação da execução do orçamento. O controle social, conseqüentemente, influencia o planejamento da peça orçamentária, que não pode ficar restrito a entendimento exclusivo da autoridade proponente. O IEGM fomenta ainda a realização de auditoria de resultados e a elaboração de relatórios que serão fornecidos aos conselheiros e às unidades técnico-institucionais responsáveis pelo controle externo.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade. Em uma visão direta e sintética, o IEGM apresenta produtos finais para a Presidência e os conselheiros dos tribunais de contas, as unidades técnico-institucionais responsáveis pelo controle externo e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal).

3. Os Produtos Derivados do IEGM

Os dados do IEGM serão consolidados e apresentados conforme as necessidades de cada público-alvo com o intuito de buscar novos caminhos para a fiscalização por resultado.

Esta busca também apresenta uma nova percepção de oportunidades operacionais. Uma delas são os produtos derivados da implantação do IEGM.

3.1 RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ANUÁRIO)

O Relatório de Informações Gerenciais (Anuário) consolida o resultado das 7 dimensões do IEGM e abrange todos os municípios participantes.

Os dados serão apresentados graficamente e com análises de alguns quesitos para a Presidência, conselheiros e direção do Tribunal de Contas. Além disso, serão realizados comparativos com outros indicadores utilizados pela administração pública.

Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos pelo planejamento da gestão municipal. Para alguns quesitos é possível identificar até uma tendência de comportamento ou um padrão de qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão pública.

3.2 SITE INFOGRÁFICO

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal WEB do Tribunal de Contas, que organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 dimensões monitoradas.

Os dados apresentados no portal do IEGM contribuem para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

Esse site agrega os novos conceitos de **utilização das informações** (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontam aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

3.3 RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Este relatório tem como finalidade fornecer ao gestor municipal a possibilidade de comparar o desempenho de seu município com outros similares, possibilitando identificar as melhores práticas e conseqüentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal. O artefato é baseado exclusivamente em informações prestadas pelos próprios Municípios, as quais serão validadas por amostragem pelas equipes de fiscalização deste Tribunal. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente são consideradas definitivas após o trânsito em julgado do Parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

4. As Dimensões do IEGM

O IEGM é fruto de diversos eventos e reuniões realizados pelo TCE/SP com agentes políticos, técnicos de outros órgãos daquele Estado (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, baseado nas atividades de controle externo, além de conversas técnicas com Agentes de Fiscalização, inclusive de outros tribunais de contas.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEGM, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- i-EDUC: Índice Municipal da Educação;
- i-SAÚDE: Índice Municipal da Saúde;
- i-PLANEJAMENTO: Índice Municipal do Planejamento;
- i-FISCAL: Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- i-AMB: Índice Municipal do Meio Ambiente;
- i-CIDADE: Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- i-GOV TI: Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

4.1 i-EDUC

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativos à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente.

4.2 i-SAÚDE

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Esta versão traz quesitos com o objetivo de avaliar o cumprimento de alguns indicadores previstos na Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os anos de 2013-2015 do Ministério da Saúde.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde voltados à Atenção Básica, que devem ser respondidos eletronicamente.

Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE.

4.3 i-PLANEJAMENTO

Objetivo

O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, são analisados os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos munícipes (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos

indicadores dos programas.

O i-Planejamento contém quesitos destinados a avaliar todas as etapas do planejamento, bem como os processos ligados a esta dimensão do IEGM.

Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que se deseja o índice do planejamento, consideram-se os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;
- Confronto entre o resulta-

do físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;

- Percentual de alteração do planejamento inicial;
- Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

4.4 i-FISCAL

Objetivo

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Por fim, importante destacar que os tópicos considerados fundamentais para a emissão de Parecer sobre a gestão municipal, como

resultado do Ensino, da Saúde, pagamentos de Precatórios, entre outros, são considerados na apuração do i-Fiscal.

Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal é um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, são considerados os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da Execução Orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante);
- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesa com Pessoal - Poder Legislativo;
- Apuração do Resultado Financeiro (*superávit/déficit*);
- Apuração da Dívida Fundada (aumento/redução);
- Apuração dos Pagamentos dos Precatórios;
- Repasse de Duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

4.5 i-AMB

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente.

4.6 i-CIDADE

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente.

As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e quanto à preparação e reação em situações de emergência.

4.7 i-GOV TI

Objetivo

Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente.

Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

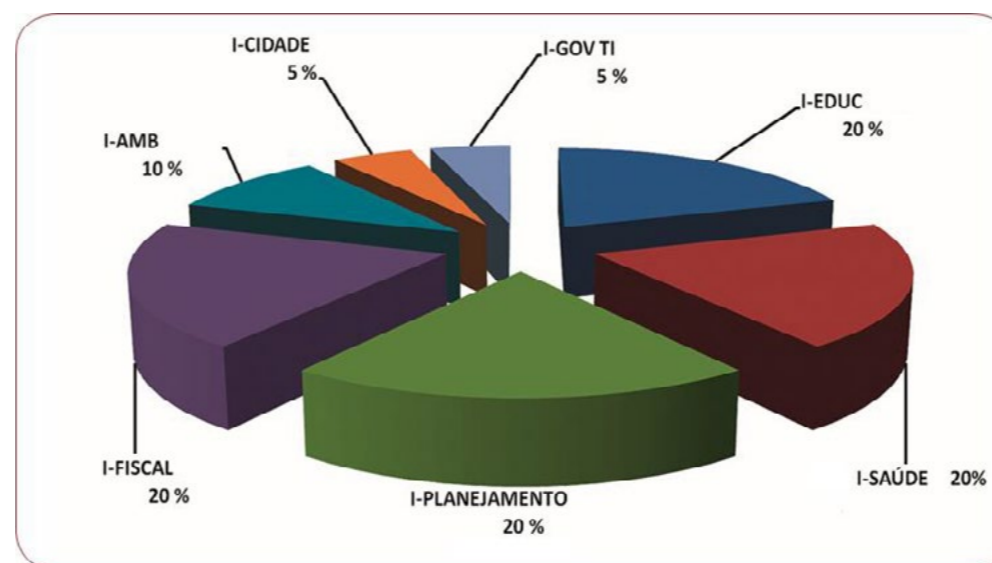
5. Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM

O IEGM é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Para compreender a gestão municipal nessas dimensões, utilizamos a métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância das apurações.

Esta metodologia foi originalmente elaborada pelo TCE/SP. Por isso, a distribuição das ponderações foi baseada no volume de despesas realizadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, por função de governo ("Ensino", "Saúde", "Administração" etc.³), apurado pelo TCE/SP junto a todos os municípios paulistanos, exceto o Município de São Paulo. Nos casos em que o índice não possui uma função de governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI toma por base a função "Administração").

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações foram extraídos da execução orçamentária dos municípios, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação.

A seguir são apresentados os valores ponderados dos índices componentes do IEGM:



6. Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEGM

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores de Tribunais de Contas, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEGM promove também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação

³C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL/_PT.PDF).

político-institucional, possibilitando sua efetiva utilização em relatórios e a disponibilização das informações na *Internet*.

No que tange à composição temática – 7 dimensões – e às fontes de informação, o IEGM articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal – Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. – que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus munícipes.

6.1 SÍNTESE: i-EDUC

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano? Obs.: Ações e medidas documentadas , apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.	SIM – 05
	Quantas crianças na idade escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) abandonaram a escola: 1.1 Por necessidade de trabalho? 1.2 Por dificuldades de aprendizado? 1.3 Por causa de doenças crônicas? 1.4 Por falta de incentivo dos pais? 1.5 Por mudança de endereço? 1.6 Por outros motivos?
	NÃO – 00
2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016?	SIM – 05
	Qual o número:
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016?	SIM – 05
	Qual o número:
	NÃO – 00
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, em 2016?	SIM – 03
	Qual o número:
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?	SIM, avaliação própria - 03
	SIM, aderiu ao Programa Estadual de Avaliação, se houver - 02
	SIM, terceirizada - 01 Qual empresa?
	NÃO aplicou - 00
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano?	SIM - 03
	NÃO - 00
7. Que indicador(es) de qualidade foi/foram utilizado (s) pela prefeitura municipal para análise da educação dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano?	Ideb
	Índice Estadual, se houver
	Outros - Qual?
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?	SIM - 05 Informe nº da lei e data da promulgação:
	Não - 00
9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano possuem laboratórios ou - sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?	SIM - 03 Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? Obs.: Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos do 1º ao 5º ano em todas as escolas do município.
	NÃO - 00
10. Sobre a infraestrutura das escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, informe:	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):
	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):

QUESITOS	PONTUAÇÕES
11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano do município no ano de 2016, responda:	Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2016? <Quantidade> ou Não possui registro
	Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Quantidade> ou Não possui registro
12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2016:	<Quantidade> ou Não possui registro
13. Qual o piso salarial municipal dos professores?	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano:
14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?	SIM - 03
	NÃO - 00
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	SIM Qual a média de tempo (em minutos)?
	NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? Obs.: Idade média = [(Ano de 2016) - (Ano de fabricação de cada veículo)]/(número total de veículos da frota escolar).	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria
	Nas escolas (que possuem merendeiras próprias)
	Terceirizada Qual o custo unitário médio do almoço?

QUESITOS	PONTUAÇÕES
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborados pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	SIM, semanalmente - 02
	SIM, mensalmente - 01
	NÃO - 00
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?	SIM - 05
	NÃO - 00
	Qual o percentual de professores que possuem?
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM - 04 Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, no ano de 2016?
	NÃO - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.	SIM - 04 Qual?
	Percentual de cobertura - 1º ano:
	Percentual de cobertura - 2º ano:
	Percentual de cobertura - 3º ano:
	Percentual de cobertura - 4º ano:
	Percentual de cobertura - 5º ano: NÃO - 00
22. Qual o total de turmas para creche?	<Quantidade> ou Não possui registro
23. Qual o total de turmas para pré-escola?	<Quantidade> ou Não possui registro
24. Qual o total de turmas para dos anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano?	<Quantidade> ou Não possui registro
25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o 5º ano do Ensino Fundamental em 2016?	<Quantidade> ou Não possui registro
26. Qual a quantidade de alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental em 2016 que teve aproveitamento para o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em 2017?	<Quantidade> ou Não possui registro
27. Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano: <Quantidade> ou Não possui registro Obs.: Todos os dias de ausência de professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em 2016 (justificadas ou injustificadas).	Faltas injustificadas:
	Faltas justificadas:
	Licença médica:
	Licença maternidade/paternidade:
	Abonos:
	Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei)

QUESITOS	PONTUAÇÕES
28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e aos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano em 2016?	<Quantidade> ou Não possui registro
29. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2016 para período integral?	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <<Quantidade> ou Não possui registro
	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental: <Quantidade> ou Não possui registro
30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM - 04
	NÃO - 00
31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2016?	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <<Quantidade> ou Não possui registro
	1º ao 5º ano: <Quantidade> ou Não possui registro
32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM:
	Informe o CNPJ e a razão social da(s) empresa(s):
	NÃO
33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de feiras e eventos aos finais de semana
	Absenteísmo de professores
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outro - qual?

QUESITOS	PONTUAÇÕES
34. O município possui levantamento da distorção idade/série dos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, em 2016?	SIM
	NÃO
35. Qual a data de início do ano letivo de 2016?	
36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura , esta deve ser contada apenas uma vez , no valor referente a escolas com biblioteca. Metodologia de Cálculo: Pontuação obtida através do cálculo do desvio padrão da razão entre o nº de escolas com biblioteca ou sala de leitura e o nº de escolas no município . Para Outliers : 03 pontos Para municípios dentro do intervalo de dispersão : 02 pontos Para pontos de atenção : 00 ponto	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs.: A definição de biblioteca, segundo os critérios do Fundeb, exige a presença de um Bibliotecário.
	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal? Obs.: Caso a data de entrega não tenha sido a mesma em todas as escolas, informar a data referente à última entrega em unidade escolar.	SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 15 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 15 dias = 00 ponto NÃO - 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES
38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?	SIM Data da entrega: - se data < início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 30 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 30 dias = 00 ponto
	NÃO - 00 ponto
39. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	SIM, com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor - 05
	NÃO: 00
40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	SIM: 00 ponto Qual o número da lei?
	NÃO: -1 (Menos um ponto)
41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício de 2016:	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <<Quantidade> ou Não possui registro
	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental: <Quantidade> ou Não possui registro

QUESITOS	PONTUAÇÕES
42. Houve entrega do <i>kit escolar</i> à rede municipal? EXEMPLO de composição de um <i>kit escolar</i> : - Caderno "Brochurão" - 4 unidades (96 folhas cada) - Caderno de Desenho - 1 unidade (96 folhas cada) - Régua 30 cm - 1 unidade - Lápis de cor grande (12 cores) - 2 caixas - Lápis grafite - 4 unidades - Lápis grafite de resina termoplástica - 4 unidades - Caneta esferográfica azul - 4 unidades - Apontador com depósito - 6 unidades - Borracha branca - 3 unidades - Tubo de cola branca - 3 unidades - Giz de cera (12 cores grande) - 1 caixa - Guache (12 cores) - 1 caixa	SIM Data da entrega: - se data < início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 15 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 15 dias = 00 ponto
	NÃO - 00 ponto
43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.)	8 ou mais reuniões - 04 pontos
	6 a 7 reuniões - 02 pontos
	4 a 5 reuniões - 01 ponto
	0 a 3 reuniões - 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES
44. Quanto ao número de profissionais da educação não docentes (Ex: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc.) atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, informe:	Número de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo: <Quantidade> ou Não possui registro
	Número de profissionais temporários: <Quantidade> ou Não possui registro
45. Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, informe com base na lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007:	Percentual aplicado dos recursos oriundos do fundo: >= 95% - 04
	Percentual dos recursos oriundos do fundo aplicado no Magistério: >= 60% Magistério - 04
46. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional? Obs.: Este quesito é apurado eletronicamente, pelo TCE/SC, a partir dos dados das prestações de contas dos municípios. *INCLUSA COMO REGRA DE REBAIXAMENTO DE NOTA NAS FAIXAS DE RESULTADO	SIM - 14 NÃO - 00
47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?	
48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?	
49. Qual a quantidade de matrículas realizadas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental?	
50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?	
51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?	
53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?	
54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados ao Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano?	
55. Qual a quantidade de professores temporários destinados ao Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano?	
56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:	Creche: Pré-escola: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental:
57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano estavam funcionando durante o exercício de 2016? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 do 1º ao 5º ano.	Creche: Pré-escola: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental:
58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2016? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 do 1º ao 5º ano.	Creche: Pré-escola: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental:
59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?	Creche: Pré-escola: 1º ano - Ensino Fundamental: 2º ano - Ensino Fundamental: 3º ano - Ensino Fundamental: 4º ano - Ensino Fundamental: 5º ano - Ensino Fundamental:

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO PÚBLICA
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-EDUC: 20/100 - 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i-EDUC = (\text{Somatório dos indicadores})/100$$

6.2 SÍNTESE: i-SAÚDE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/ demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM - 12 Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO - 00
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, <i>Internet</i> , etc.)? Obs.: Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial.	SIM - 00
	NÃO - 05
3. O Município divulga nas UBS em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM - 00
	NÃO - 05
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar municipais e UBSs possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros)?	SIM, todos possuem - 08
	SIM, a maior parte possui - 05
	SIM, a menor parte possui - 03
	NÃO - 00
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?	SIM, todos possuem - 10
	SIM, a maior parte possui - 07
	SIM, a menor parte possui - 04
	NÃO - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
6. O município possui gestão de estoque dos insumos (ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (sistemizada) - 05
	SIM (manual) - 03
	NÃO - 00
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?	SIM
	NÃO
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno? Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	SIM - 03
	NÃO - 00
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação? <Quantidade> ou Não possui registro	Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida:
	Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida:
	Referente ao calendário da população adulta:
11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?	SIM
	NÃO
12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?	SIM
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	SIM - 07
	Permanece apenas nas consultas agendadas - 03
	NÃO - 00
14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?	SIM, todas possuem - 05
	SIM, a maior parte das UBS possui - 03
	SIM, a menor parte das UBS possui - 01
	NÃO - 00
15. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2016, informe:	Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado: Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro

QUESITOS	PONTUAÇÕES
16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana? <Percentual de 0,00 a 100%>	0%: 00 ponto
	01% - 49,99%: 01 ponto
	50% - 74,99%: 03 pontos
	75% ou mais: 05 pontos
17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto eletrônico? (Ex.: mecânico; biométrico; digital; etc.) Obs.: Livro ponto não é controle eletrônico.	SIM - 03
	NÃO - 00
18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?	SIM - 03
	NÃO - 00
19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas? Obs.: Palestras e escovação não configuram consulta.	SIM, com consulta odontológica das crianças - 03
	SIM, somente com divulgação - 01
	NÃO - 00
20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município?	
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe	Todas as equipes contam com médicos - 03
	A maior parte das equipes conta com médicos - 02
	A menor parte das equipes conta com médicos - 01
	As equipes não contam com nenhum médico - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?	Recursos humanos próprios
	Convênio
	Contrato de gestão
	Termo de parceria
	Outro Qual:
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município, em dezembro de 2016?	
24. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2016, informe:	Número de nascidos vivos de mães residentes no município: <Número> ou Não possui registro
	Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde: <Número> ou Não possui registro
25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?	<Percentual>
	Não possui registro
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSS do município no último ano	<Percentual>
	Não possui registro
27. Sobre atendimento de urgências, responda: (É possível selecionar várias opções.)	A Prefeitura tem SAMU
	A Prefeitura mantém apenas convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros
	A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências Qual:
	Descreva sucintamente:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na UBS (em dias)?	<p><Tempo em dias></p> <p>Não possui registro</p>
29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	<p>SIM – 05</p> <p>NÃO – 00</p>
30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2016? Obs.: Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	<p>8 ou mais reuniões – 05 pontos</p> <p>6 a 7 reuniões – 03 pontos</p> <p>4 a 5 reuniões – 01 ponto</p> <p>0 a 3 reuniões – 00 ponto</p>
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	<p>Não existe pagamento de horas extras</p> <p>Realização de campanhas e eventos aos finais de semana</p> <p>Absenteísmo</p> <p>Cobertura de férias e licenças</p> <p>Não possui equipe completa</p> <p>Outros (Quais?)</p>
32. Qual a quantidade total de horas extras em 2016 para médicos?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
33. Sobre a dengue no município em 2016, informe:	Número de casos diagnosticados:
	Número de óbitos:
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Ciclo I: Ciclo II: Ciclo III: Ciclo IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?	<p>SIM</p> <p>NÃO</p>
35. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2016? Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais.	Informe, para cada mês do ano de 2016, a quantidade de médicos ativos por carga horária cumprida: 20h, 30h e 40h semanais.
36. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames complementares laboratoriais (bioquímicos, de imagem, patológicos, coleta de materiais e etc.) solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização?	
37. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	<p>SIM</p> <p>Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano?</p> <p>NÃO</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
38. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM
	NÃO
39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?	SIM
	NÃO
40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM
	Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município?
	Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço Webservice?
	NÃO
41. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2016, informe:	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município:
	Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
42. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2016, informe:	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica abaixo: (considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:
	Anemia:
	Pneumonias bacterianas:
	Asma:
	Bronquites:
	Hipertensão:
	Insuficiência cardíaca:
	Diabetes mellitus:
	Epilepsias:
	Infecção no rim e trato urinário:
Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	
Outras doenças sensíveis à atenção básica:	
Para responder às questões 41 e 42 , considere a seguinte <u>lista CID-10 das Condições Sensíveis à Atenção Básica</u> :	
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9

2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
4. Asma:	J45.0-J45.9
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42
6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9
7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como <u>Outras doenças sensíveis à atenção básica</u> as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0

Observação: o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
44. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos?	
45. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2016, responda:	Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2016? <Quantidade> ou Não possui registro
	Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Quantidade> ou Não possui registro
46. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2016, informe:	Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes: Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos: - 0202031179 VDRL para detecção de sífilis em gestante. - 0214010082 teste rápido para sífilis em gestante.
	Número de partos hospitalares do SUS: Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos: - 0310010039 parto normal. - 0310010047 parto normal em gestação de alto risco. - 0411010026 parto cesariano em gestação de alto risco. - 0411010034 parto cesariano. - 0411010042 parto cesariano com laqueadura tubária.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
47. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:	Número de Caps I:
	Número de Caps II:
	Número de Caps III:
	Número de Caps i:
	Número de Caps ad:
	Número de Caps ad III:
48. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município? Obs.: A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera a somatória da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF.	
49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
50. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?	SIM Qual tempo médio de atendimento (em minutos)?
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
51. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2016?	
52. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2016?	<Número inteiro positivo> ou Não possui registro
53. Com base na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, informe: Obs.: Este quesito é apurado eletronicamente, pelo TCE/SC, a partir dos dados das prestações de contas dos municípios.	Percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal: >= 15% - 13 pontos < 15% - 00 ponto
54. Informe a quantidade de pacientes residentes em outros municípios atendidos nas UBSs do seu município:	<Quantidade> ou Não possui registro
55. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2016, informe:	Total da população canina no município:
	Número total de cães vacinados:
56. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?	SIM, todas as UBS possuem
	SIM, a maior parte das UBS possui
	SIM, a menor parte das UBS possui
	NÃO
57. Os médicos que prestam serviços nas UBS trabalham em regime de plantão?	Sim - Qual? Plantão presencial Plantão de sobreaviso
	Não

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO SAÚDE PÚBLICA
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-SAÚDE: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-SAÚDE = (Somatório dos indicadores)/100

6.3 SÍNTESE i-PLANEJAMENTO

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:
Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((B / A) - (D / C)) | = E$$

Seja "A" o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja "B" o resultado do indicador do programa realizado;

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "E" o resultado do indicador procurado.

O valor de "E" será apurado para cada programa. O seu valor final será a média obtida do resultado de todos os programas. Conforme o resultado que "E" (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2)*100$$

Por exemplo, se E = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:

Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "F" o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja "G" o valor liquidado para a ação;

Seja "H" o resultado do indicador procurado.

O valor de "H" será apurado para cada ação. O seu valor final será a média obtida do resultado de todas as ações. Conforme o resultado que "H" (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - H) / 0,2) * 100$$

Por exemplo, se H = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de alteração do planejamento inicial:

Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual - LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja "J" o valor total dos programas (final);

Seja "I" o valor total dos programas (inicial);

Seja "K" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "K" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Acima de 1,3	0
Entre 0,91 e 1,3	100
Entre 0,51 e 0,9	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((K - 0,5) / 0,4) * 100$$

Por exemplo, se K = 0,6, a nota do indicador será 25 pontos.

- Percentual da taxa de investimento estabelecida no Planejamento inicial e a executada:

Divisão da despesa liquidada classificada pelo código "44" - Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG) pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja "L" a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja "M" a receita total

Seja "N" o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que "N" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 0,15	100
Entre 0,021 e 0,149	Graduação entre 0,769 e 99,231
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados entre 0,02 e 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 0,769 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 0,02)/0,13)*100$$

Por exemplo, se N = 0,10, a nota do indicador será 61,54 pontos.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Planejamento (poderão ser apurados por meio de sistema eletrônico, ou por resposta fornecida pela prefeitura):

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2016, foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?	SIM
	NÃO
2. Realize o <i>upload</i> da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2016:	Disponível apenas no caso de resposta "SIM" no quesito anterior
3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2016:	
4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2016:	

QUESITOS	RESPOSTAS
5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 - investimentos) em 2016:	
6. Informe a receita total arrecadada em 2016:	

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITOS	RESPOSTAS
7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM
	NÃO
8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
9. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?	SIM
	NÃO
12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM
	NÃO
13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO
16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 e 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade tem dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO
20. O sistema informatizado é multiusuário (os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO
21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
Outros. Quais?	
23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM
	Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
24. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	NÃO
	SIM Qual(is)?
25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? Obs.: É possível selecionar várias opções.	Presenciais
	Pela <i>Internet</i>
	Nenhuma audiência pública foi realizada com este objetivo:
	Outros (especificar):
26. As coletas de sugestões pela <i>Internet</i> ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês e dois meses
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela <i>Internet</i>

QUESITOS	RESPOSTAS
27. Na coleta pela <i>Internet</i> há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela <i>Internet</i>
28. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM
	NÃO
29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? Obs.: É possível selecionar várias opções.	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
Outros (Quais?)	
30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma)
	Entre 2 e 5
	Mais de 5
31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas)
	Dia de semana após as 18 horas
	Aos sábados, domingos e feriados
32. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
33. As atas de audiências públicas são divulgadas na <i>Internet</i> ?	SIM
	NÃO
34. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
35. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM
	NÃO
36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?	SIM
	NÃO
37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	Até 10%
	Entre 10 e 20%
	Mais de 20%
	Não há previsão
38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	SIM
	NÃO
39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM
	NÃO
40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
42. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO
43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções.	Dotações previstas e executadas
	Programas previstos e executados
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados
	Outros (Quais?)
46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
47. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros (Quais?)
48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo definido no calendário de obrigações do Tribunal de Contas? (Obs.: Este quesito é apurado por meio de sistema eletrônico do TCE/SC)	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO PLANEJAMENTO
Pontos máximos: 400 Pontos mínimos: 000	i-PLANEJAMENTO: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-PLANEJAMENTO = (Somatório dos indicadores)/400

6.4 SÍNTESE: i-FISCAL

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Cada indicador deste índice possui peso igual em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (execução orçamentária):

Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$O / P = Q$$

Seja "O" a receita arrecadada;

Seja "P" a receita prevista atualizada;

Seja "Q" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "Q" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Entre 1,16 e 1,49	Graduação entre 97,14 e 2,86
Entre 0,85 e 1,15	100
Entre 0,51 e 0,84	Graduação entre 2,86 e 97,14
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,16 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5)*(-1)/0,35)*100$$

Por exemplo, se Q = 1,25, a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,84, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 0,5)/0,35)*100$$

Por exemplo, se Q = 0,75, a nota do indicador será 71,43 pontos.

- Análise da Despesa (execução orçamentária):

Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / S = T$$

Seja "R" a despesa executada;

Seja "S" a despesa fixada final;

Seja "T" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "T" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Entre 1,01 e 1,09	Graduação entre 90 e 10
Entre 0,9 e 1,0	100
Entre 0,51 e 0,89	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,01 e 1,1, a graduação³ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 1,1)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se T = 1,05, a nota do indicador será 50 pontos.

³ Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Para resultados entre 0,51 e 0,89, a graduação⁴ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se T = 0,75, a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise do resultado da execução orçamentária:

Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita arrecadada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados da execução orçamentária anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / O = V$$

Seja "**R**" a despesa executada;

Seja "**O**" a receita arrecadada;

Seja "**V**" o resultado do indicador procurado.

Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

$$|(O - R)| = X$$

Onde "**X**" é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se "**X**" com o valor dos créditos abertos com fundamento no *superávit* financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o *déficit* orçamentário está coberto pelo *superávit* financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o *déficit* orçamentário.

⁴ Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19 (com cobertura do <i>déficit</i>)	Graduação entre 90 e 10
Entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura do <i>déficit</i>)	0
Entre 1,01 e 1,10	100
Entre 0,90 e 1,0	100
Entre 0,76 e 0,89	Graduação entre 6,67 e 93,33
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação⁵ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se V = 1,15, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,89, a graduação⁶ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75)/0,15)*100$$

Por exemplo, se V = 0,8, a nota do indicador será 33,33 pontos.

⁵ Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

⁶ Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

• Análise dos Restos a Pagar:

Divisão dos pagamentos realizados dos restos a pagar pela sua posição inicial. O cálculo é realizado da seguinte forma:

$$W / Y = Z$$

Seja "W" os pagamentos realizados;

Seja "Y" a posição inicial dos restos a pagar;

Seja "Z" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "Z" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Entre 0,76 e 0,94	Graduação entre 5 e 95
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 0,76 e 0,94, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20)*100$$

Por exemplo, se Z = 0,80, a nota do indicador será 25 pontos.

• Despesas com Pessoal – Poder Executivo

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,54	0
Entre 0,513 e 0,539	Graduação entre 50 e 11,48
Menor ou igual a 0,512	100

Para resultados entre 0,513 e 0,539, a graduação⁷ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 1,48 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "AA" o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,54)*-1/0,027)*40)+10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

• Despesa com pessoal - Poder Legislativo:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,06	0
Entre 0,057 e 0,059	Graduação entre 50 e 23,33
Menor ou igual a 0,056	100

Para resultados entre 0,057 e 0,059, a graduação⁸ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 13,33 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "AB" o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,06)*(-1)/0,003)*40)+10$$

Por exemplo, se AB = 0,058, a nota do indicador será 36,67 pontos.

• Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):

Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial, por meio do seguinte cálculo:

$$AC / AD = AE$$

⁷ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

⁸ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

Seja **"AC"** o ativo financeiro;

Seja **"AD"** o passivo financeiro;

Seja **"AE"** o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "AE" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Entre 1,11 e 1,29	Graduação entre 95 e 5
Entre 1,0 e 1,1	100
Entre 0,76 e 0,99	Graduação entre 4 e 96
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,29, a graduação⁹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30) * (-1) / 0,20) * 100$$

Por exemplo, se AE = 1,2, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,99, a graduação¹⁰ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 0,75) / 0,25) * 100$$

Por exemplo, se AE = 0,9, a nota do indicador será 60 pontos.

⁹ Leva-se em consideração um *superávit* elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

¹⁰ Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

• Apuração da dívida fundada (aumento/redução):

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 1,10	100

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja **"AF"** o resultado do indicador:

$$((AF - 1,2) * -1 / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se AF = 1,15, a nota do indicador será 50 pontos.

• Apuração dos pagamentos dos precatórios:

Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, conforme o cálculo a seguir:

$$AG / AH = AI$$

Seja **"AG"** o estoque final dos precatórios;

Seja **"AH"** o estoque inicial dos precatórios;

Seja **"AI"** o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "AI" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Entre 0,91 e 0,99	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 0,9	100

Para resultados entre 0,91 e 0,99, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de duodécimos às Câmaras:

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	0
Menor ou igual ao limite	100

- Dívida Ativa: percentual de recebimento
Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial.

Resultado ideal: Maior ou igual 0,10.

- Dívida Ativa: percentual de cancelamento
Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial.
Resultado ideal: Igual 0.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Fiscal (os quesitos de 1 a 5 serão apurados por meio de sistema eletrônico do TCE/SC, ou por resposta fornecida pela prefeitura):

QUESITO	RESPOSTA
1. Com base nos dados da execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2016), informe os seguintes valores:	Receita arrecada:
	Receita prevista atualizada:
	Despesa executada:
	Despesa fixada final:
	Créditos adicionais abertos com base em <i>superávit</i> financeiro:

QUESITO	RESPOSTA
2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2016, informe os seguintes valores:	Ativo financeiro:
	Passivo financeiro:
3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2016, informe os seguintes valores:	Saldo inicial total dos restos a pagar:
	Total de pagamentos realizados:
4. Com base nos dados do exercício de 2016, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo:
	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:
	Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2016) em relação à RCL:
5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2016:	Saldo inicial dos precatórios:
	Saldo final dos precatórios:
6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal?	SIM
	NÃO

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITO	RESPOSTA
7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO FISCAL
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
 $i\text{-FISCAL} = (\text{Somatório dos indicadores})/1000$

6.5 SÍNTESE: i-AMB

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado – 18
	Submissão do texto à câmara de vereadores – 14
	Está em outras fases de elaboração – 04
	Não realizou o plano – 00
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	SIM, totalmente – 10 Descreva o processo de destinação:
	PARCIALMENTE – 04 Descreva o processo de destinação:
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens, tais como: coleta, transporte e destinação final?	SIM – 13 Informar a lei:
	PARCIALMENTE – 06
	NÃO – 00
4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?	SIM – 05 Descreva sucintamente:
	NÃO – 02
5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (Ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros.)	SIM, para todos os órgãos e entidades – 08 Descreva sucintamente:
	PARCIALMENTE – 03 Descreva sucintamente:
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?	SIM - 10 Qual: Qual? Descreva sucintamente: NÃO - 00
7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	SIM - 06 NÃO - 00
8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc., inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?	SIM, integralmente - 05 SIM, na maior parte - 03 SIM, na menor parte - 01 NÃO - 00
9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	SIM - 06 NÃO - 00
10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico:	Lei nº ____ Decreto nº ____ Outros. Quais? ____
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	<Percentual> Não possui registro
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	<Percentual> Não possui registro

QUESITOS	PONTUAÇÕES
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	<Percentual> Não possui registro
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM Descreva quais as ações e medidas: NÃO
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?	SIM - 02 Descreva quais as ações e medidas: NÃO - 00
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM - 02 Descreva quais as ações e medidas: NÃO - 00
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM Descreva o plano: NÃO
18. O município participa do programa estadual / regional de gestão ambiental, se houver?	SIM NÃO
19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, se houver, para licenciar os empreendimentos de impacto local?	SIM NÃO
20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado? (Depende do quesito número 3.)	Plano enviado para aprovação legislativa; Plano em fase de elaboração.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de Proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO MEIO AMBIENTE
Pontos máximos: 085 Pontos mínimos: 002	i-Amb: 10/100 - 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-Amb = (Somatório dos indicadores)/85

6.6 SÍNTESE: i-CIDADE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui Setor/ Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado(a) (Lei nº 12.608/2012)?	SIM - 30
	Está em fase de estruturação - 05
	NÃO - 00
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?	SIM Qual número de telefone:
	NÃO
3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?	SIM - 10 Qual a forma de registro?
	NÃO - 00
4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM - 20
	NÃO - 00
5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?	SIM - 20
	Está em fase de formalização de seu plano - 15
	NÃO - 00
6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?	SIM, na integralidade de seus agentes - 10 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a maior parte de seus agentes - 07 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a menor parte de seus agentes - 03 Descreva a forma sucintamente:
	Não - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?	SIM
	NÃO
	NÃO SE APLICA
8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?	SIM - 10
	NÃO - 00
9. O município está cadastrado no sistema da Proteção e Defesa Civil Estadual, se houver?	SIM
	NÃO
10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?	SIM
	NÃO
11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?	<input type="checkbox"/> SIM - Qual ou Quais? <input type="checkbox"/> Inundações; <input type="checkbox"/> Secas; <input type="checkbox"/> Barragens de água; <input type="checkbox"/> Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.); <input type="checkbox"/> Lixões; <input type="checkbox"/> Loteamentos em situação de risco; <input type="checkbox"/> Barragens de rejeitos de Mineração: No caso de haver Barragens de rejeitos de Mineração: houve regulamentação da atividade? <input type="checkbox"/> SIM - Qual o número da Lei? <input type="checkbox"/> NÃO Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente? <input type="checkbox"/> SIM - O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação - Lei 12608/12? <input type="checkbox"/> NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?	SIM Os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade? SIM - Qual a frequência (em dias)? NÃO

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO PROTEÇÃO DAS CIDADES
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-CIDADE: 05/100 - 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL

$$i\text{-CIDADE} = (\text{Somatório dos indicadores})/100$$

6.7 SÍNTESE: i-GOV TI

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos (após 2016) – 08
	SIM, com metas para até 02 anos (até 2016) – 05
	NÃO POSSUI PDTI – 00
2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM – 05
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?	SIM, com funcionários efetivos – 08
	SIM, com funcionários efetivos e temporários – 05
	SIM, com funcionários temporários – 02
	Não possui esse quadro – 00
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM – 05
	NÃO – 00
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM – 04 Qual o periodicidade:
	NÃO – 00
6. A prefeitura mantém <i>site</i> na <i>Internet</i> com informações atualizadas (semanalmente)? Obs.: este quesito não se refere às exigências contidas na Lei da Transparência.	SIM – 05
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O PDTI é divulgado na <i>Internet</i> ?	SIM – 05
	NÃO – 00
	Não possui PDTI – 00
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na <i>Internet</i> ?	SIM – 05
	NÃO – 00
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos, etc.) são divulgados na <i>Internet</i> , nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM – Selecione os instrumentos divulgados na <i>Internet</i> : – 05 () Planos () Orçamentos () LDO () Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios () RREO e sua versão simplificada () RGF e sua versão simplificada
	NÃO – 00
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto) – 08
	Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra – 00
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 050 Os dados não possuem registros eletrônicos – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município - 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados - 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos - 00
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta - 08
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas - 05
	Não foi implantada a NFE - 00
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na <i>Internet</i> ?	SIM - 03
	NÃO - 00
16. Há uso de tecnologia (<i>Internet</i>) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM - 06
	NÃO - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
17. Os sistemas e <i>softwares</i> disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?	SIM, é divulgado e há treinamento - 06
	SIM, é divulgado, mas não há treinamento - 02
	SIM, há treinamento, mas não há divulgação - 02
	NÃO - 00
18. O município possui legislação municipal que trata de acesso à informação?	SIM
	NÃO
19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na <i>Internet</i> ?	SIM - 03
	NÃO - 00
20. Que tecnologia (<i>Internet</i>) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros:
21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?	SIM Quais informações? () atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; () do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
	NÃO
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO DE GOVERNANÇA DE TI
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-GOV TI: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-GOV TI = (Somatório dos indicadores)/100

7. Composição Final do IEGM

A partir de 2016, o IEGM foi adotado como um indicador perene pelo TCE/SC e outros Tribunais de Contas do Brasil, apresentando seus resultados anualmente. Seus resultados serão apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição numérica de *ranking*.

A listagem com o *ranking* será apresentada

exclusivamente à alta administração da Corte de Contas e à Diretoria Geral de Controle Externo do TCE/SC.

Para as prefeituras auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEGM MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEGM} = (i\text{-EDUC} \times 20 + i\text{-SAÚDE} \times 20 + i\text{-PLANEJAMENTO} \times 20 + i\text{-FISCAL} \times 20 + i\text{-AMB} \times 10 + i\text{-CIDADE} \times 5 + i\text{-GOV TI} \times 5) / 100$$

8. Faixas de Resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEGM.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;

NOTA B+: MUITO EFETIVA;

NOTA B: EFETIVA;

NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

OBSERVAÇÃO: a proposta do IEGM é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEGM (i-Amb, i-Cidade e i-GOV TI), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa "A - Altamente Efetiva" é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEGM acima de 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa "A - Altamente Efetiva".

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

NOTAS	CRITÉRIOS
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEGM menor ou igual a 49,99%

Exemplo de aplicação das faixas de resultado para o IEGM

NOTAS	FAIXAS	PREFEITURAS
A	ALTAMENTE EFETIVA	Prefeitura do Município A; Prefeitura do Município B;
B+	MUITO EFETIVA	Prefeitura do Município C; Prefeitura do Município D; Prefeitura do Município E;
B	EFETIVA	Prefeitura do Município F; Prefeitura do Município G;
C+	EM FASE DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município H; Prefeitura do Município I;
C	BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município J; Prefeitura do Município K.

OBSERVAÇÃO: O mesmo modelo é aplicável a cada um dos índices temáticos. As faixas de resultado podem apresentar alternância de posição das prefeituras em razão das pontuações em cada um dos temas auditados e de seu peso na composição do IEGM.

9. Regras das Faixas de Resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

I) IEGM: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE

EFETIVA: o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;

II) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU

NA NOTA GERAL DO IEGM: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;

III) ÍNDICE COMPONENTE – RE-ALOCÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO:

quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

10. Considerações Finais

A composição anual do IEGM-TCE/SC só é possível com a adesão dos municípios de Santa Catarina. Ao longo dos anos, com a série histórica de resultados auferidos, os gestores municipais poderão contar com parâmetros mais amplos para definir as políticas públicas e ações de governo. Além disso, a sociedade e o Tribunal de Contas terão um índice perene com o qual poderão contar para desempenharem o controle social e o controle externo, respectivamente.

Por isso é tão relevante a compreensão de todos esses atores quanto à importância do IEGM. A expectativa do TCE/SC é que o cálculo dos indicadores alcançados pelos municípios de Santa Catarina forneça elementos sobre o estágio em que se encontram, no que diz respeito à efetividade da gestão pública municipal em nosso estado. E que a partir deles possam definir ações e redefinir rumos para alcançar índices melhores.



Instituto Rui Barbosa

www.irbcontas.org.br

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas



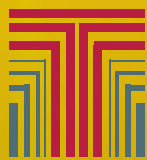
TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

Rua Bulcão Viana, 90, Centro
CEP: 88020-160 Florianópolis/SC

www.tce.sc.gov.br

Esta publicação foi veiculada apenas em meio eletrônico e está disponível em http://www.tce.sc.gov.br/acom/arquivo/publicacao?tid_tipo=1318.

Dúvidas sobre o questionário e o IEGM-TCE/SC podem ser esclarecidas pelo telefone (48) 3221-3851.



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA